

INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

JUNHO/2014

Volume 26 • Número 06



Artigo

RGPS: breve perfil dos
contribuintes entre 16 e 29 anos
e de 60 ou mais anos* - de 1996
a 2012

Nota técnica

Resultado do RGPS 2014

Expediente

Ministro da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Secretário Executivo
Carlos Eduardo Gabas

Secretário de Políticas de Previdência Social
Benedito Adalberto Brunca

Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social
Rogério Nagamine Costanzi

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
Narlon Gutierre Nogueira

Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
Marco Antônio Gomes Pérez

Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários
Emanuel de Araújo Dantas

Corpo Técnico
Carolina Fernandes dos Santos
Carolina Verissimo Barbieri
Edvaldo Duarte Barbosa

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social/MPS.

Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2318-5759

Correspondência

Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios bloco “F” - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408
E-mail: cgep@previdencia.gov.br



Artigo

**RGPS: BREVE PERFIL DOS CONTRIBUINTES
ENTRE 16 E 29 ANOS E DE 60 OU MAIS
ANOS* - DE 1996 A 2012**

Carolina Fernandes dos Santos

*Coordenadora de Pesquisas Previdenciárias da
Coordenação Geral de Estudos Previdenciários da
Secretaria de Políticas de Previdência Social do
MPS, Bacharel em Economia pela Universidade de
Brasília (UnB).*

Edvaldo Duarte Barbosa

*Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, lotado na
Coordenação Geral de Estudos Previdenciários da
Secretaria de Políticas de Previdência Social do MPS.*

**As ideias e opiniões expressas nesta nota são de
sua inteira responsabilidade dos seus autores e não
refletem a posição de qualquer instituição à qual
estejam vinculados.*

RGPS: breve perfil dos contribuintes entre 16 e 29 anos e de 60 ou mais anos¹- de 1996 a 2012

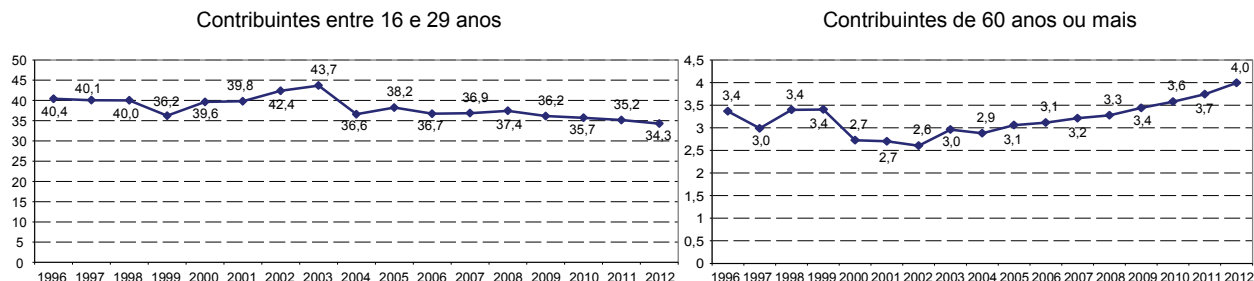
Nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro vem experimentando mudanças gradativas e importantes. A Previdência Social, devido à sua forte ligação com o mundo do trabalho, precisa estar em sintonia com essas mudanças e promover ajustes capazes de ampliar a proteção social sem perder o foco na sustentabilidade do regime em longo prazo. Um movimento claramente percebido no mercado de trabalho é a postergação do início da vida laboral e também de encerramento do ciclo produtivo, o que pode, em alguma medida, afetar o financiamento dos regimes de Previdência Social, especialmente daqueles que têm regime de partição.

O objetivo desse artigo é traçar um paralelo entre contribuintes jovens e idosos, exaltando suas participações nas contribuições ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, expor as mudanças da pirâmide etária dos aposentados por tempo de contribuição e analisar as principais categorias de contribuintes ao RGPS.

A partir dos registros administrativos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS é possível perceber tendências de mudanças na estrutura de contribuintes, especialmente na comparação de dois grupos etários mais extremos, um de até 29 anos e outro acima dos 60 anos, ou seja, os idosos. Mesmo em uma série curta, de 1996 a 2012, verifica-se que o grupo mais jovem tende a ser menos representativo, em relação ao total de contribuintes do RGPS, ao passo que o grupo de 60 anos ou mais, caminha no sentido inverso (Gráfico 1).

Gráfico 1

Contribuintes entre 16 e 29 anos e de 60 ou mais anos em relação ao total de contribuintes, de 1996 a 2012 (Em %)



Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social. Elaboração: SPSS/MPs.

Em 2012, o RGPS contava com 2,6 milhões de contribuintes pessoa física² (empregados e contribuintes individuais) com 60 anos ou mais, sendo 1,6 milhão (62%) de homens e 1,0 milhão (38%) de mulheres. Em relação ao total de contribuintes do RGPS, esses 2,6 milhões representam apenas 4% do total de contribuintes. Em 1996, esse número era de 901,7 mil contribuintes, e representava 3,4% do total de contribuintes, ou seja, um crescimento percentual muito pequeno em 16 anos. A questão mostra-se relevante ao se fazer a mesma comparação com os contribuintes mais jovens (16 a 29 anos).

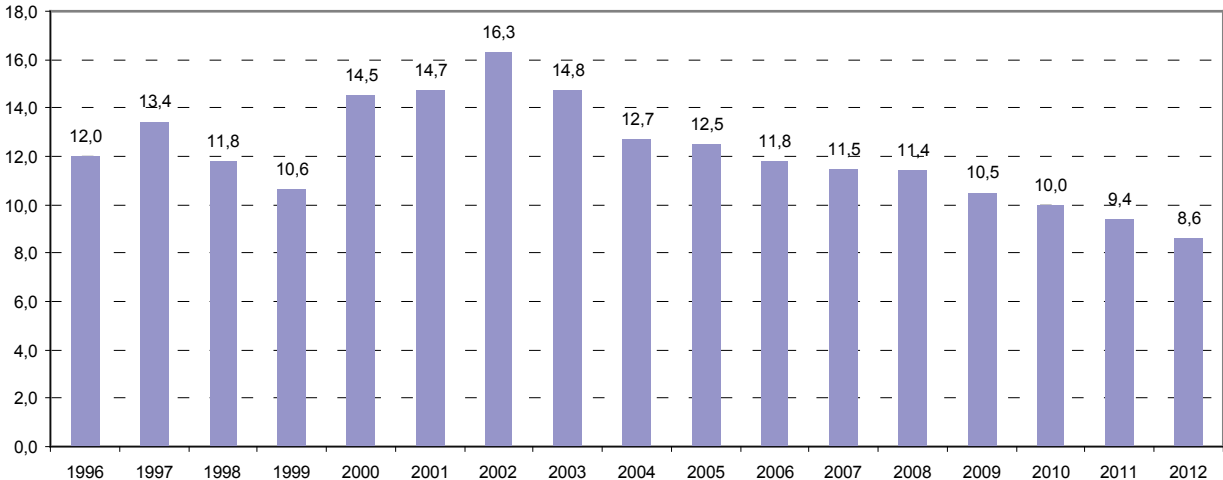
1 - As ideias e opiniões expressas nesta nota são de sua inteira responsabilidade dos seus autores e não refletem a posição de qualquer instituição à qual estejam vinculados.

2 - Nesse estudo utilizou-se o conceito de quantidade de contribuintes, conforme o Anuário Estatístico da Previdência Social, como sendo, para os empregados, a quantidade de trabalhadores com pelo uma remuneração mensal declarada na GFIP ao longo do ano e para os contribuintes individuais como aqueles que efetuaram pelo menos uma contribuição mensal ao longo do ano considerado.

Pelo Gráfico 2, observa-se que, em 1996, os contribuintes de até 29 anos representavam 40,4% (10,8 milhões) do número de contribuintes do RGPS, e em 2012 passaram a 34,3% (22,8 milhões). Assim, em 1996 o RGPS contava com 12 contribuintes de até 29 anos para cada contribuinte acima dos 60 anos. Já em 2012 essa mesma relação estava em 8,6, e vem apresentando tendência de queda desde 2002.

Gráfico 2

Relação entre contribuintes de até 29 anos e contribuintes de 60 anos ou mais. (Em %)



Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social. Elaboração: SPPS/MPS.

A diminuição no número de contribuintes mais jovens pode estar sendo influenciada pela entrada voluntária mais tardia no mercado de trabalho, e parece apontar para uma mudança de comportamento social, experimentada com a melhoria da economia brasileira, que busca trabalhadores mais capacitados. Os jovens estão, aparentemente, com apoio familiar, retardando a entrada no mercado de trabalho para investir em sua capacitação.

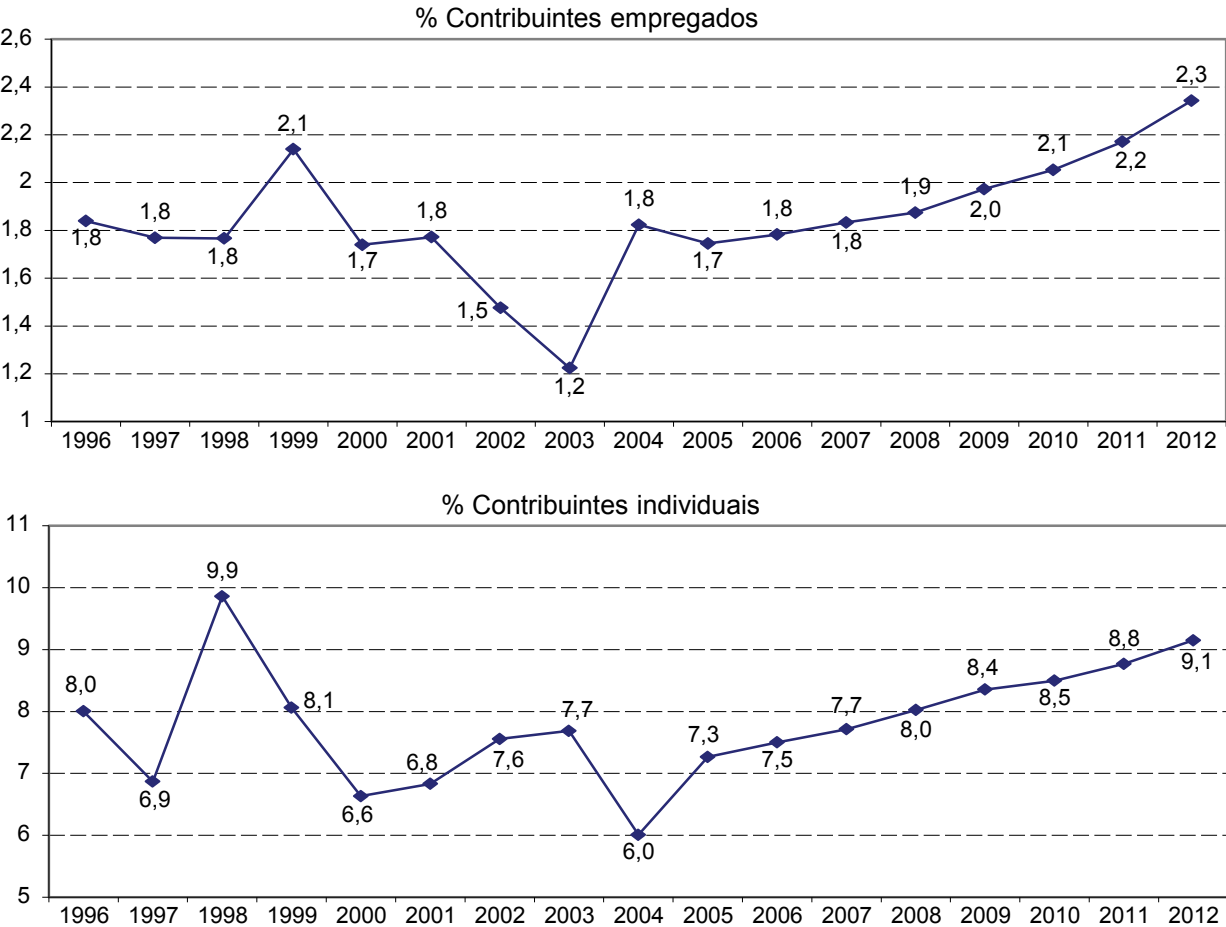
Entre os contribuintes acima de 60 anos, em 2012, 46% (1,2 milhão) eram contribuintes empregados. Já entre os contribuintes de até 29 anos, os empregados, no mesmo ano, representam 90% (20,6 milhões) do total de contribuintes. Essa prevalência de contribuintes individuais frente aos contribuintes empregados, com idade acima de 60 anos, pode apontar para algumas hipóteses, entre elas: o contribuinte individual tem mais dificuldade para completar seu tempo de contribuição; a experiência profissional é muito importante para ter o próprio negócio; depois da aposentadoria, os trabalhadores constituem negócio próprio como forma de continuar trabalhando e de aumentar seus rendimentos.

Em 1996, os contribuintes empregados de 60 anos ou mais representavam 1,8% (398,5 mil) do total de sua categoria, e em 2012 passaram a 2,3% (1,2 milhão) (Gráfico 3). Entre os contribuintes individuais, na mesma faixa de idade,

comparados à sua categoria, o percentual era de 8,0% (503,2 mil), em 1996, e sobe para 9,1% (1,4 milhão), em 2012. Observa-se uma forte tendência de crescimento, para as duas categorias, especialmente a partir de 2005.

Gráfico 3

Percentual de contribuintes empregados e contribuintes individuais de 60 anos ou mais, em relação a cada categoria. (Em %)

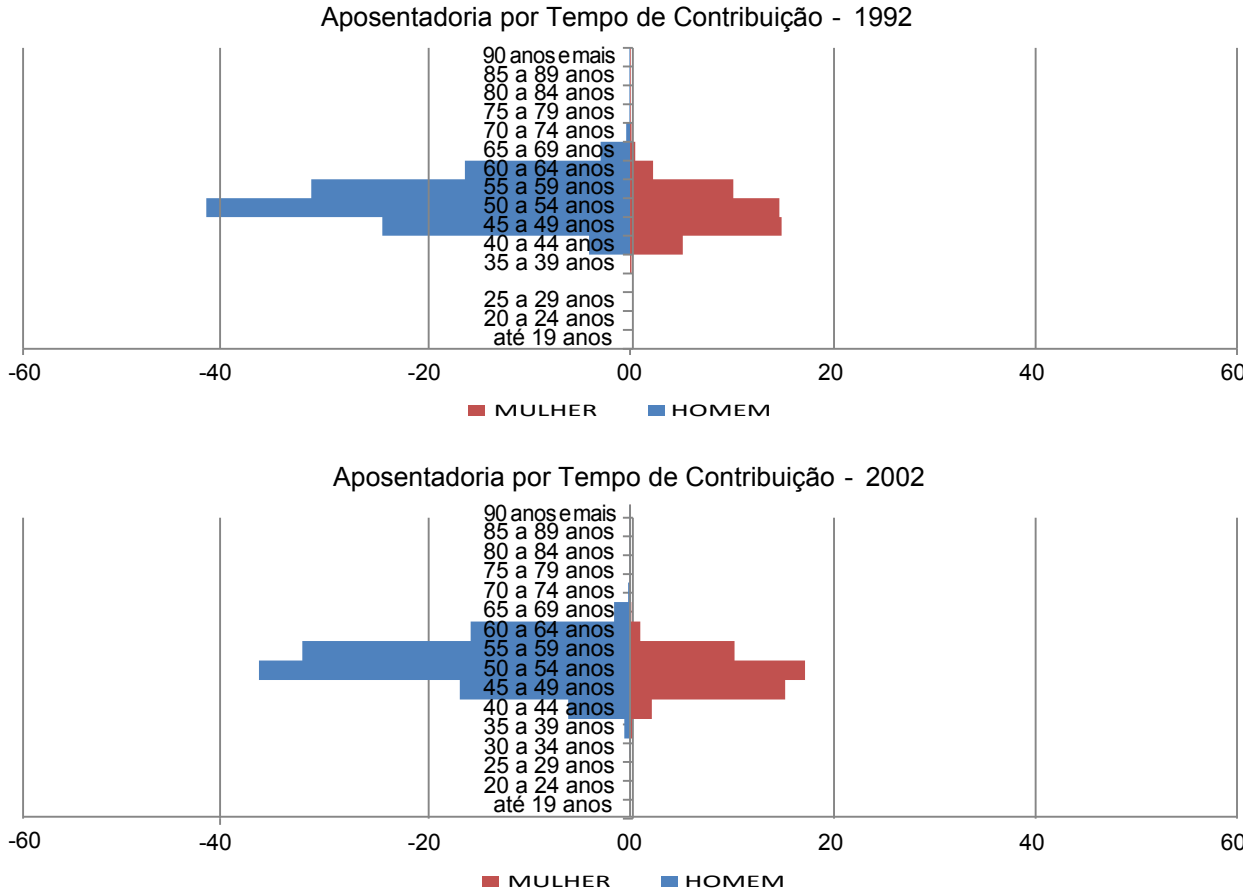


Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social. Elaboração: SPSS/MPS.

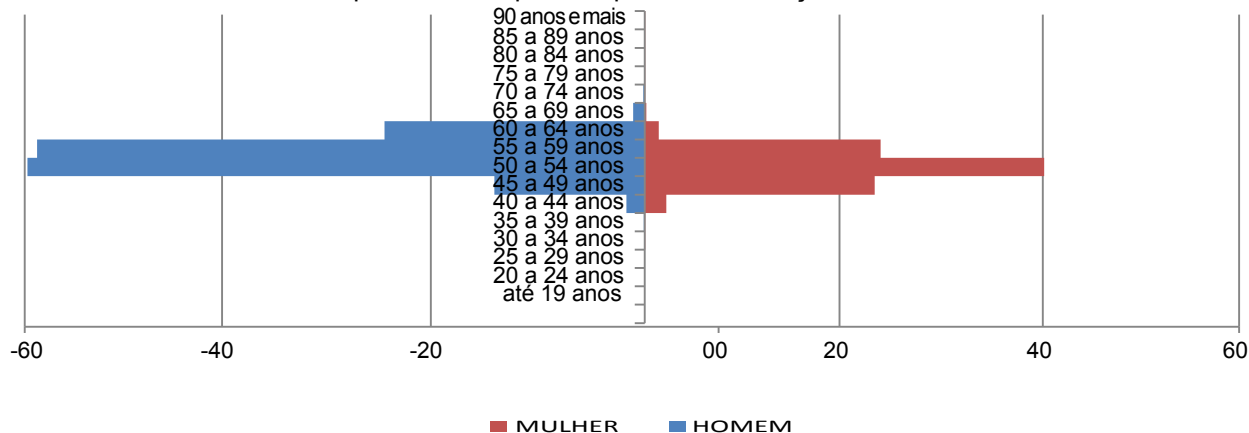
No tocante às aposentadorias, é possível visualizar nas pirâmides etárias maior concentração das Aposentadorias por Tempo de Contribuição – ATC nas idades entre 54 e 59 anos no Gráfico 4. Outra visualização importante é a crescente participação das mulheres nessa espécie de benefícios. Em 1992, as mulheres representam 25,4% (41,1 mil) dos beneficiários da ATC, em 2002 eram 29,6% (46,1 mil), e em 2012, 32,6% (91,7 mil).

Gráfico 4

Pirâmide etária dos aposentados do RGPS por tempo de contribuição nos anos 1992, 2002 e 2012. (Em %)



Aposentadoria por Tempo de Contribuição - 2012



Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social. Elaboração: SPSS/MPS.

Em suma, verificou--se que o RGPS, em 2012, contava com 2,6 milhões de contribuintes pessoa física (empregados e contribuintes individuais) e representavam apenas 4% do total de contribuintes. Em 1996, esse número era de 901,7 mil contribuintes e representava 3,4% do total de contribuintes, ou seja, um crescimento percentual muito pequeno em 16 anos. A questão mostra-se relevante ao se fazer a mesma comparação com os contribuintes mais jovens (16 a 29 anos). Em 1996, os contribuintes de até 29 anos representavam 40,4% do número de contribuintes do RGPS e, em 2012, passaram a 34,3%. Assim, em 1996 o RGPS contava com 12 contribuintes de até 29 anos para cada contribuinte acima dos 60 anos. Já em 2012 essa mesma relação estava em 8,6 e vem apresentando tendência de queda desde 2002. É possível concluir que a participação dos contribuintes idosos no RGPS é um contraponto importante à postergação da entrada no mercado de trabalho dos mais jovens.

Outro ponto levantado foi que entre os contribuintes acima de 60 anos, em 2012, 46% eram contribuintes empregados, ou seja, mais da metade eram contribuintes individuais. Já entre os contribuintes de até 29 anos, os empregados, no mesmo ano, representavam 90% do total de contribuintes. Pode-se depreender que essa prevalência de contribuintes individuais frente aos contribuintes empregados, com idade acima de 60 anos, pode ter relação com o tipo de atividade desempenhada pelos idosos, com mais autonomia e flexibilidade de horário.

Receitas e Despesas



Saldo Previdenciário e Arrecadação



Resultado das Áreas Urbana e Rural



NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (INPC DE MAI/2014)

No mês (maio/2014)	R\$ 3,88 bilhões
Acumulado em 2014	R\$ 18,93 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 46,42 bilhões

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Tabela 1

Evolução: Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2013 e 2014) – Resultado de maio – em R\$ milhões de maio/2014 – INPC

	MAI-13 (A)	ABR-14 (B)	MAI-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A MAI)		VAR. %
						2013	2014	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	25.861,2	26.960,0	26.603,8	(1,3)	2,9	123.810,0	130.053,0	5,0
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	24.590,1	24.115,2	24.677,7	2,3	0,4	118.525,3	120.752,7	1,9
1.2 Arrecadação Líquida Rural	597,5	607,7	603,2	(0,7)	1,0	2.573,6	2.720,5	5,7
1.3 Compreov	0,5	2,0	1,2	(42,9)	127,2	2,0	4,1	102,2
1.4 Compensação Desoneração da Folha de Pagamento	673,2	2.235,1	1.321,7	(40,9)	96,3	2.709,1	6.575,7	142,7
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	29.045,3	30.049,7	30.483,8	1,4	5,0	149.376,1	148.979,4	(0,3)
2.1 Benefícios Previdenciários	28.305,1	29.391,3	29.853,0	1,6	5,5	143.530,8	145.541,4	1,4
2.1.1 Urbano	21.872,0	22.753,2	23.175,2	1,9	6,0	110.836,6	112.986,7	1,9
2.1.2 Rural	6.433,1	6.638,0	6.677,9	0,6	3,8	32.694,2	32.554,6	(0,4)
2.2 Passivo Judicial	578,2	500,8	455,8	(9,0)	(21,2)	5.125,8	2.641,0	(48,5)
2.2.1 Urbano	446,8	387,7	353,8	(8,7)	(20,8)	3.923,9	2.042,1	(48,0)
2.2.2 Rural	131,4	113,1	102,0	(9,9)	(22,4)	1.201,9	599,0	(50,2)
2.3 Compreov	162,0	157,6	174,9	11,0	8,0	719,5	797,0	10,8
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(3.184,1)	(3.089,6)	(3.879,9)	25,6	21,9	(25.566,1)	(18.926,4)	(26,0)
3.1 Urbano (1.1 + 1.3 + 1.4 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	2.782,9	3.053,8	2.296,7	(24,8)	(17,5)	3.047,2	4.931,0	61,8
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(5.967,1)	(6.143,4)	(6.176,6)	0,5	3,5	(31.322,4)	(30.433,1)	(2,8)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPSPS/MPS

A despesa com pagamento de benefícios urbano, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Compreov, foi de R\$ 23,7 bilhões, em maio de 2014, aumento de 1,7% (+R\$ 405,4 milhões) em relação a abril de 2014 e de 5,4% (+R\$ 1,2 bilhão), entre maio de 2014 e o mês correspondente de 2013. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 6,8 bilhões em maio de 2014, elevação de 3,3% (+R\$ 215,3 milhões), frente a maio de 2013 e ligeiro crescimento de 0,4% (+R\$ 28,7 milhões), quando comparado ao mês de abril de 2014.

Em maio de 2014, a clientela urbana registrou superávit de R\$ 2,3 bilhões, queda de 17,5% (-R\$ 486,3 milhões) frente ao mesmo mês de 2013. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 6,2 bilhões, aumento de 3,5% (+R\$ 209,5 milhões), em relação a maio de 2013.

De janeiro a maio de 2014, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Comprev, somou R\$ 127,3 bilhões, aumento de 5,0% (+R\$ 6,1 bilhões), e a rural R\$ 2,7 bilhões, crescimento de 5,7% (+R\$ 146,9 milhões). A despesa com benefícios previdenciários urbanos, incluída as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, totalizou R\$ 115,8 bilhões e R\$ 33,1 bilhões para a clientela rural, incluída as sentenças judiciais rurais. No acumulado de 2014, o meio urbano somou um superávit de R\$ 11,5 bilhões, aumento de 99,9% (+R\$ 5,7 bilhões), em relação ao mesmo período de 2013. Já no meio rural, a necessidade de financiamento foi de R\$ 30,4 bilhões, 2,8% (-R\$ 889,3 milhões) menor que o valor registrado no mesmo período de 2013. Esse baixo valor de arrecadação, quando comparado ao pagamento de benefícios na área rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

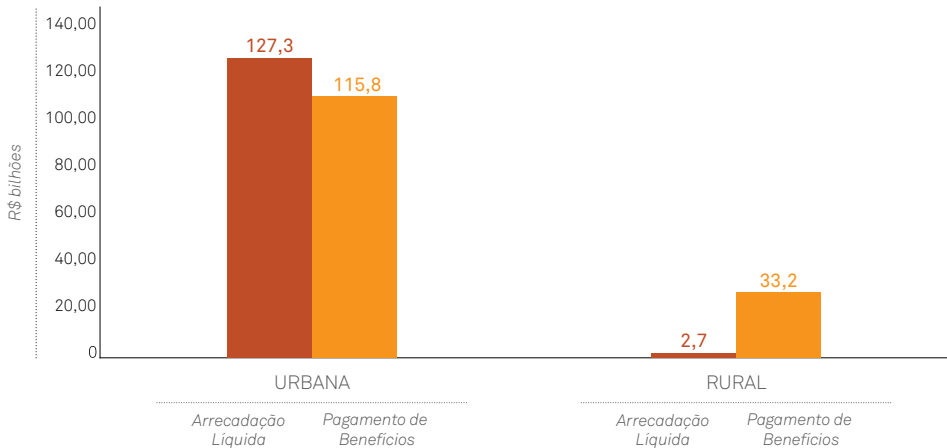


Gráfico 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até maio - R\$ bilhões de maio/2014 - INPC

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPSPS/MPS*

RESULTADO EM CONJUNTO DAS ÁREAS URBANA E RURAL



A arrecadação líquida da Previdência Social, em maio de 2014, foi de R\$ 26,6 bilhões, aumento de 2,9% (+R\$ 742,6 milhões), em relação ao mesmo mês de 2013, e queda de 1,3% (-R\$ 356,2 milhões) quando comparado ao mês abril de 2014. As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 30,5 bilhões, crescimento de 5,0%, em relação ao mês correspondente de 2013 e de 1,4% (+R\$ 434,1 milhões) em relação a abril de 2014, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 3,9 bilhões, 25,6% (+R\$ 790,3 milhões) maior que a necessidade de financiamento registrada em abril de 2014, e 21,9% (+R\$ 695,8 bilhões) a mais que a registrada em maio de 2013, conforme se pode ver na Tabela 2.

Tabela 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – maio/2013, abril/2014, maio/2014 e acumulado de janeiro a maio (2013 e 2014) – Valores em R\$ milhões de maio/2014 – INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPs

	MAI-13 (A)	ABR-14 (B)	MAI-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A MAI)		VAR. %
						2013	2014	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	25.861,2	26.960,0	26.603,8	(1,3)	2,9	123.810,0	130.053,0	5,0
1.1. Receitas Correntes	26.718,8	26.642,7	26.896,0	1,0	0,7	129.878,7	134.239,8	3,4
Pessoa Física (1)	984,2	1.023,1	1.037,3	1,4	5,4	4.769,2	5.007,4	5,0
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	1.162,8	1.201,6	1.220,3	1,6	4,9	5.712,5	6.069,4	6,2
SIMPLES - Repasse STN (3)	2.301,0	2.263,9	2.486,1	9,8	8,0	11.078,8	12.203,2	10,1
Empresas em Geral	15.361,0	15.125,5	15.113,4	(0,1)	(1,6)	78.068,8	76.863,6	(1,5)
Setores Desonerados - DARF	1.125,7	1.531,7	1.467,3	(4,2)	30,4	3.957,7	7.068,6	78,6
Entidades Filantrópicas (4)	191,0	212,6	200,8	(5,6)	5,2	950,7	1.039,0	9,3
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.925,5	2.030,6	2.142,2	5,5	11,3	8.123,3	9.848,4	21,2
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	714,3	552,2	558,3	1,1	(21,8)	3.323,0	2.801,2	(15,7)
Clubes de Futebol	12,0	14,5	11,0	(24,1)	(8,2)	61,3	59,8	(2,5)
Comercialização da Produção Rural (7)	430,8	447,4	429,9	(3,9)	(0,2)	1.678,0	1.820,1	8,5
Retenção (11%)	2.157,9	1.885,7	1.908,8	1,2	(11,5)	10.446,1	9.965,8	(4,6)
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (8)	21,3	0,0	0,0	-	(100,0)	86,3	0,0	(100,0)
Reclamatória Trabalhista	300,1	243,0	263,2	8,3	(12,3)	1.245,2	1.193,7	(4,1)
Outras Receitas	31,4	110,9	57,3	(48,3)	82,8	377,9	299,6	(20,7)
1.2. Recuperação de Créditos	1.270,2	891,5	1.158,9	30,0	(8,8)	6.428,2	5.333,8	(17,0)
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	0,5	2,0	1,2	(42,9)	127,2	2,0	4,1	102,2
Arrecadação / Lei nº 11.941/09	348,4	278,0	286,5	3,1	(17,8)	1.750,8	1.451,6	(17,1)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (9)	9,3	17,6	6,9	(60,9)	(25,9)	44,8	47,1	5,2
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (10)	1,3	0,4	1,8	399,8	40,0	8,8	20,8	136,5
Depósitos Judiciais - Repasse STN (11)	182,5	(26,3)	158,0	(700,8)	(13,4)	994,9	469,4	(52,8)
Débitos (12)	103,5	58,5	66,9	14,4	(35,4)	405,3	293,8	(27,5)
Parcelamentos Convencionais (13)	624,7	561,3	637,6	13,6	2,1	3.221,5	3.046,9	(5,4)
1.3. Restituições de Contribuições (14)	(175,5)	(30,2)	(31,4)	3,8	(82,1)	(244,5)	(124,8)	(49,0)

	MAI-13 (A)	ABR-14 (B)	MAI-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A MAI)		VAR. %
						2013	2014	
1.4. Transferências a Terceiros	(2.625,4)	(2.779,0)	(2.741,5)	(1,3)	4,4	(14.961,4)	(15.971,6)	6,8
1.5. Compensação da Desoneração - STN	673,2	2.235,1	1.321,7	(40,9)	96,3	2.709,1	6.575,7	142,7
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	29.045,3	30.049,7	30.483,8	1,4	5,0	149.376,1	148.979,4	(0,3)
Pagos pelo INSS	28.467,1	29.548,9	30.028,0	1,6	5,5	144.250,4	146.338,4	1,4
Sentenças Judiciais - TRF (15)	578,2	500,8	455,8	(9,0)	(21,2)	5.125,8	2.641,0	(48,5)
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(3.184,1)	(3.089,6)	(3.879,9)	25,6	21,9	(25.566,1)	(18.926,4)	(26,0)

No acumulado de janeiro a maio de 2014, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 130,1 bilhões e R\$ 149,0 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 18,9 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2013, a arrecadação líquida cresceu 5,0% (+R\$ 6,2 bilhões). Já as despesas com benefícios previdenciários tiveram leve redução de 0,3% (-R\$ 396,7 milhões) e a necessidade de financiamento queda de 26,0% (-R\$ 6,6 bilhões).

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2014, os principais são: (i) o crescimento do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; e (iii) a elevação do teto do RGPS a partir de janeiro de 2014, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2014, que em maio determinou o valor recebido por 67,2% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; e (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a um salário mínimo, concedido em janeiro de 2014, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2013.

Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

As receitas correntes foram de R\$ 26,9 bilhões, em maio de 2014, aumento de 1,0% (+R\$ 253,4 milhões), frente ao mês de abril de 2014, e de 0,7% (+R\$ 177,2 milhões), quando comparado a maio de 2013. Entre maio de 2014 e o mês anterior, cabe destacar as rubricas Retenção (11%), com crescimento de 1,2% (+R\$ 23,1 milhões), SIMPLES – Recolhimento em GPS, que subiu 1,6% (+R\$ 18,7 milhões), e SIMPLES – Repasse STN, com elevação de 9,8% (+R\$ 1,1 bilhão). Já os Setores Desonerados diminuíram 4,2% (-R\$ 64,3 milhões) e a rubrica Empresas em Geral sofreu ligeira queda de 0,1% (-R\$ 12,1 milhões), conforme se pode ver no Gráfico 2.

Tabela 2 (continuação)

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – maio/2013, abril/2014, maio/2014 e acumulado de janeiro a maio (2013 e 2014) – Valores em R\$ milhões de maio/2014 – INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada por meio do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS

(1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.

(2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.

(3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.

(4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.

(5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, estados e municípios, vinculados ao RGPS.

(6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de estados e municípios.

(7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.

(8) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS por meio do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(9) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.

(10) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.

(11) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(12) Débitos quitados por meio de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de créditos de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(13) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.

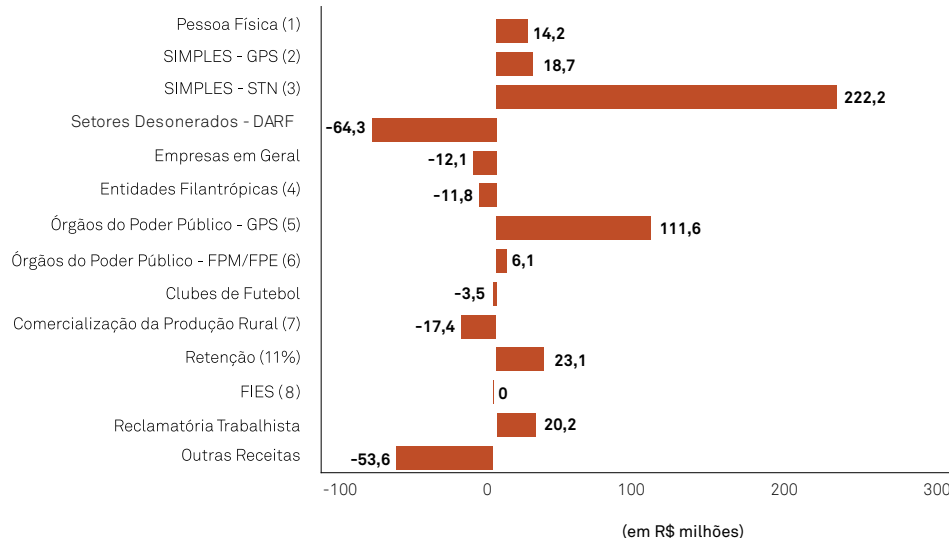
(14) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação.

(15) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 2º, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagos ao INSS.

Gráfico 2

Varição das Receitas Correntes (maio) de 2014 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de maio/2014 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

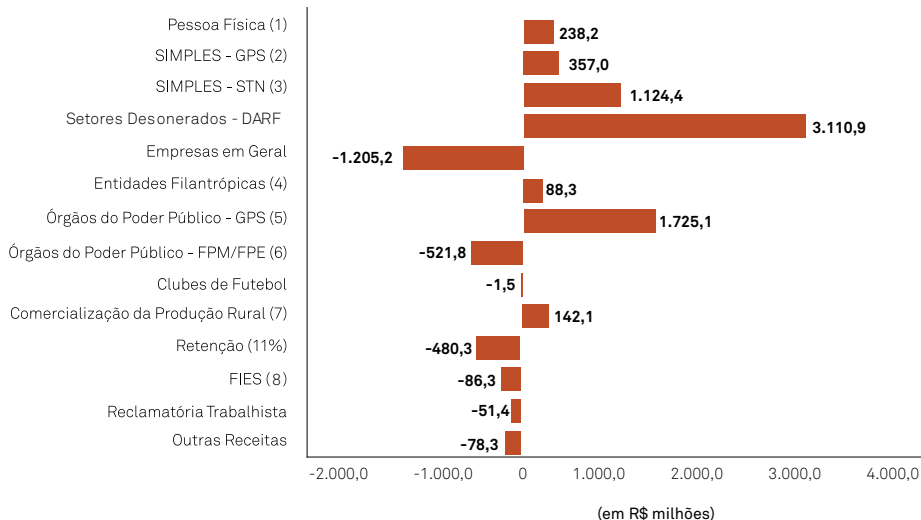


No acumulado de janeiro a maio de 2014, as receitas correntes somaram R\$ 134,2 bilhões, 3,4% (+R\$ 4,4 bilhões) maior que o registrado no mesmo período de 2013. Cabe destacar as rubricas setores desonerados, com crescimento de 78,6% (+R\$ 3,1 bilhões), Órgãos do Poder Público – Recolhimento em GPS, com aumento de 21,2% (+R\$ 1,7 bilhão) e receitas das empresas optantes pelo Simples, inclusive a contribuição dos empregados, com incremento de 8,8% (+R\$ 1,5 bilhão). Já a rubrica Empresas em Geral sofreu redução de 1,5% (-R\$ 1,2 bilhão), conforme se pode ver no Gráfico 3.

Gráfico 3

Varição das Receitas Correntes (janeiro a maio) de 2014 em relação a 2013 - Em R\$ milhões de maio/2014 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS



De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de abril de 2014.

Mercado de Trabalho (Abril/2014)

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, foram gerados 105.384 empregos formais, representando um crescimento de 0,26%, em relação ao estoque do mês anterior. Esse resultado mantém a trajetória ascendente do emprego, sinalizando, contudo, uma redução no ritmo de expansão dos assalariados celetistas em relação aos saldos de abril dos anos anteriores, não confirmando a expectativa de uma geração mais expressiva de postos de trabalho. No acumulado do ano, verificou-se um incremento de 458.145 postos, e nos últimos 12 meses, um aumento de 884.976, equivalente ao crescimento de 1,13% e 2,20 % para os respectivos períodos. Com esse aumento, o número de empregos formais gerados no período de janeiro de 2011 a abril de 2014, considerando os vínculos estatutários e celetistas da RAIS, adicionados ao saldo do CAGED 2013 e 2014, atinge o montante de quase cinco milhões de postos de trabalho (4.959.039 postos), representando um crescimento de 11,25% sobre o estoque de dezembro de 2010. Em abril, segundo o recorte setorial, os dados mostram que sete dos oito setores elevaram o contingente de assalariados com carteira assinada, com destaque para os Serviços (+68.876 postos), seguido do Comércio (+16.569 postos) e da Agricultura (+14.052 postos). O único setor que registrou declínio no saldo de emprego foi a Indústria de Transformação, com a perda de 3.427 postos de trabalho. O emprego no conjunto das nove Áreas Metropolitanas expandiu em abril 0,16%, correspondendo ao acréscimo de 26.558 postos de trabalho. Este resultado foi oriundo da elevação em cinco das nove regiões metropolitanas. Áreas Metropolitanas que apresentaram os maiores aumentos foram: São Paulo: + 12.658 postos ou + 0,19%, Rio de Janeiro: +7.365 postos ou +0,25%, Porto Alegre: + 5.169 postos ou + 0,43%. Áreas Metropolitanas que apresentaram as maiores quedas foram Recife: -2.302 postos ou - 0,24%, Salvador: -1.626 postos ou -0,18%. No interior desses aglomerados urbanos, o emprego cresceu 0,19% (+27.551 postos de trabalho), resultado mais favorável que o registrado para o conjunto das Áreas Metropolitanas.

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME apurada em abril de 2014, o número de pessoas com 10 anos ou mais de idade (consideradas em idade ativa), para o conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é investigada, foi estimado em 43,3 milhões. Esta estimativa ficou estável quando comparada com o mês de março. Frente a abril de 2013 este contingente aumentou 1,3%. A população economicamente ativa (formada pelos contingentes de ocupados e desocupados) foi estimada em abril de 2014, para o conjunto das seis regiões pesquisadas, em 24,1 milhões de pessoas. Este indicador não apresentou variação estatisticamente significativa tanto na comparação mensal (março de 2014) quanto na anual (abril de 2013). Este indicador não apresentou variação estatisticamente significativa nas comparações mensal (março de 2014) e anual (abril de 2013). O contingente de pessoas ocupadas em abril de 2014, foi estimado em 22,9 milhões para o conjunto das seis regiões, indicando estabilidade em relação a março de 2014. Na comparação com abril do ano passado esse contingente também não mostrou variação significativa. Regionalmente, a análise mensal mostrou que, essa população manteve-se estável em todas as regiões em ambos os períodos analisados. Na análise do contingente de ocupados por grupamentos de atividade, para o conjunto das seis regiões, de março para abril de 2014, não foi observada variação significativa em nenhum dos grupamentos de atividade. Em comparação com abril de 2013, esse comportamento se repetiu. O nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) foi estimado em abril

de 2014 em 53,0% para o total das seis regiões investigadas, revelou estabilidade em relação ao mês anterior. No confronto com abril de 2013 (53,6%), esse indicador reduziu 0,6 ponto percentual. Regionalmente, na comparação mensal, o cenário foi de estabilidade em todas as regiões. No confronto com abril do ano passado, duas regiões apresentaram redução: Recife (1,8 ponto percentual) e Belo Horizonte (1,4 ponto percentual) e as demais regiões mantiveram-se estáveis. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, no mês de abril de 2014, foi estimado em 11,7 milhões no conjunto das seis regiões pesquisadas. Este resultado não variou na análise mensal (frente a março) e quando comparado com abril de 2013 registrou elevação de 2,2%. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores foi estimado, para o conjunto das seis regiões pesquisadas, no mês de abril de 2014, em R\$ 2.028,00. Este resultado foi considerado 0,6% menor em relação ao apurado em março (R\$ 2.040,27) e 2,6% acima do registrado em abril de 2013 (R\$ 1.977,24). A massa de rendimento médio real habitual dos ocupados foi estimada em 47,2 bilhões em abril de 2014, caiu 0,5% em relação a março. Na comparação com abril do ano passado esta estimativa aumentou 3,6%.

Pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES /IBGE, em abril de 2014, o total do pessoal ocupado assalariado na indústria mostrou variação negativa de 0,3% frente ao patamar do mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após dois meses consecutivos de taxas positivas: 0,1% em fevereiro e 0,2% em março. Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral repetiu no trimestre encerrado em abril de 2014 (0,0%) o patamar assinalado no mês anterior, após registrar ligeira variação positiva (0,1%) em março último quando interrompeu a trajetória descendente iniciada em abril do ano passado. Na comparação com igual mês do ano anterior, o emprego industrial mostrou queda de 2,2% em abril de 2014, trigésimo primeiro resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o mais intenso desde dezembro de 2009 (-2,4%). No índice acumulado para o primeiro quadrimestre de 2014, o total do pessoal ocupado na indústria assinalou recuo de 2,0%, intensificando, assim, o ritmo de queda frente ao registrado no último quadrimestre do ano passado (-1,7%), ambas as comparações contra iguais períodos do ano anterior. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos 12 meses, ao recuar 1,5% em abril de 2014, manteve a trajetória ligeiramente descendente iniciada em agosto do ano passado (-1,0%). Em abril de 2014, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente avançou 0,7% frente ao mês imediatamente anterior, após assinalar recuo de 2,3% em março e crescer 1,5% em fevereiro.

Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria – CNI, mostram que os dados da indústria em abril seguem mostrando desaquecimento da atividade, como sinalizado em março. A diferença mais significativa entre os resultados dos dois meses é que o faturamento real retomou o crescimento modesto em abril, com alta de 2,7%, dando sequência à sua trajetória de volatilidade em 2014. As horas trabalhadas na produção, medida mais adequada para acompanhar o ritmo de atividade da indústria, ficaram praticamente estáveis em abril (queda de 0,1%), mas mostraram forte queda tanto na comparação em 12 meses como na avaliação do quadrimestre: 5,9% e 1,8%, respectivamente. O baixo ritmo de operação da indústria também é notado no comportamento da Utilização da Capacidade Instalada (UCI). Em abril, a UCI repetiu o percentual de março (81,1%), mas ficou 2,1 pontos percentuais abaixo do valor de abril do ano anterior. Os três indicadores que refletem a situação do mercado de trabalho na indústria registraram queda em abril (na comparação com março). O emprego caiu 0,6%, a massa salarial real se retraiu 1,3% e o rendimento médio real do trabalhador diminuiu 0,2%. Embora os resultados de abril sejam negativos, na comparação do primeiro quadrimestre desse ano com o mesmo quadrimestre de 2013 todos os indicadores subiram: emprego (1,2%), massa salarial (5,3%) e rendimento médio (4,1%).

Nos últimos 18 meses, a arrecadação de Empresas em Geral vem apresentando uma tendência de aumento, conforme pode ser visto no Gráfico 4, fruto da recuperação do mercado de trabalho nesse período.

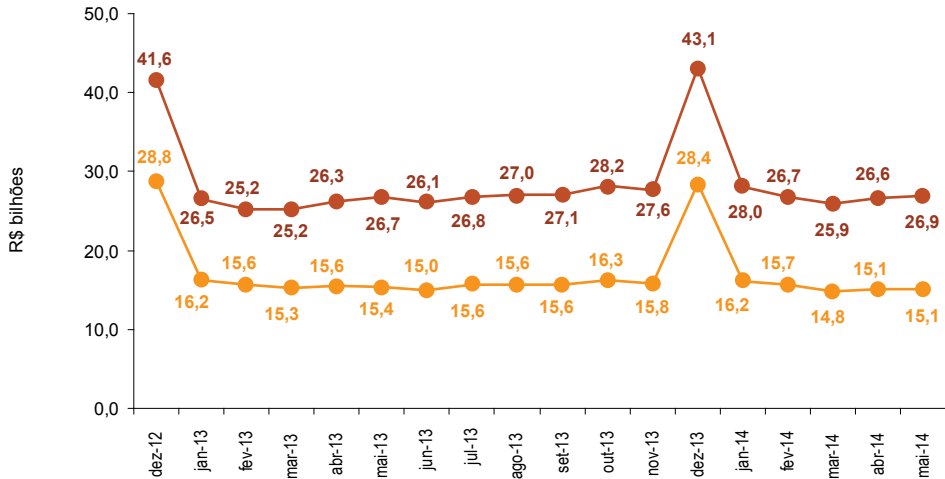


Gráfico 4

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses - Em R\$ bilhões de maio/2014 - INPC

Legendas

- Empresas em Geral
- Receitas Correntes

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos



Em maio de 2014, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 1,2 bilhão, elevação de 30,0% (+R\$ 267,5 milhões), em relação a abril de 2014, e queda de 8,8% (-R\$ 111,2 milhões), frente a maio de 2013. Entre maio e abril de 2014, as rubricas Arrecadação / Lei nº 11.941/09, Depósitos Judiciais – Recolhimento em GPS, Débitos e Parcelamentos Convencionais apresentaram desempenho positivo de 3,1% (+R\$ 8,6 milhões), 399,8% (+R\$ 1,4 milhão), 14,4% (+R\$ 8,4 milhões) e 13,6% (+R\$ 76,4 milhões), respectivamente. Já o Programa de Recuperação Fiscal – Refis teve redução de 60,9% (-R\$ 10,7 milhões), conforme se pode observar no Gráfico 5.

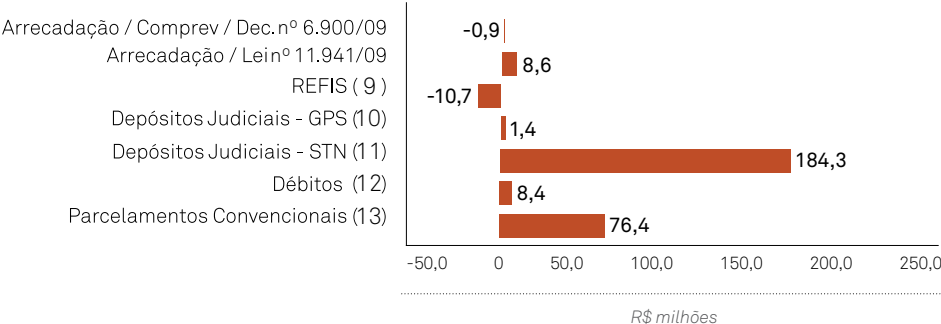


Gráfico 5

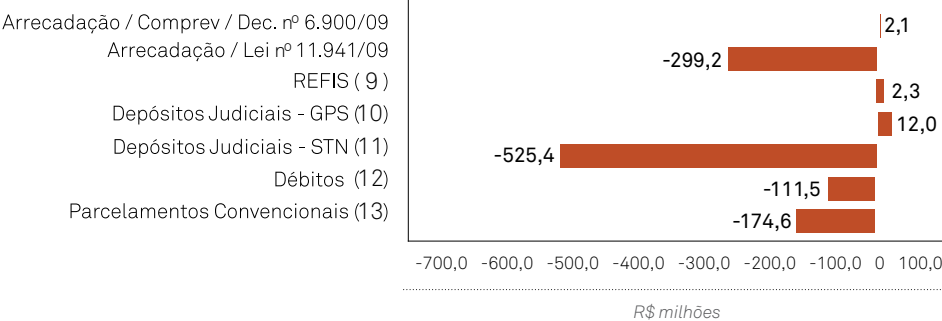
Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (maio/2014) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de maio/2014 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

No acumulado de janeiro a maio de 2014, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 5,3 bilhões, queda de 17,0% (-R\$ 1,1 bilhão) em relação ao mesmo período de 2013. A rubrica Depósitos Judiciais – Recolhimento em GPS apresentou desempenho positivo de 136,5% (+R\$ 12,0 milhões), entre o acumulado de janeiro a maio de 2014 e o período correspondente de 2013. Com relação ao desempenho negativo, nessa mesma comparação, destaca-se a rubrica Depósitos Judiciais – Repasse STN, com queda de 52,8% (-R\$ 525,4 milhões), como pode ser visto no Gráfico 6.

Gráfico 6
Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (janeiro a maio) de 2014 em relação a 2013 - Em R\$ milhões de maio/2014 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS



Benefícios Emitidos e Concedidos



Em maio de 2014, a quantidade de benefícios emitidos foi de 31,5 milhões, aumento de 3,3% (+1,0 milhão de benefícios) frente ao mesmo mês de 2013. Nessa mesma comparação, os Benefícios Assistenciais tiveram o maior percentual de aumento, de 4,4% (+162,2 mil benefícios), seguido dos Benefícios Previdenciários, que cresceu 3,3% (+842,2 mil benefícios) e os Benefícios Acidentários, com aumento de 1,1% (+9,4 mil benefícios), como o observado na Tabela 3.

Tabela 3
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (maio/2013, abril/2014 e maio/2014)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

	MAI-13 (A)	ABR-14 (B)	MAI-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)
TOTAL	30.489.621	31.458.524	31.502.548	0,1	3,3
PREVIDENCIÁRIOS	25.558.290	26.364.418	26.400.452	0,1	3,3
Aposentadorias	16.974.246	17.528.316	17.568.244	0,2	3,5
Idade	8.942.580	9.267.824	9.290.804	0,2	3,9
Invalidez	3.089.508	3.139.985	3.143.716	0,1	1,8
Tempo de contribuição	4.942.158	5.120.507	5.133.724	0,3	3,9
Pensão por morte	7.050.245	7.205.056	7.215.042	0,1	2,3
Auxílio-doença	1.358.056	1.445.982	1.433.723	(0,8)	5,6
Salário-maternidade	92.975	91.385	90.268	(1,2)	(2,9)
Outros	82.768	93.679	93.175	(0,5)	12,6
ACIDENTÁRIOS	842.393	854.178	851.787	(0,3)	1,1
Aposentadorias	184.626	191.532	192.019	0,3	4,0
Pensão por morte	121.732	119.923	119.757	(0,1)	(1,6)
Auxílio-doença	173.925	174.952	171.811	(1,8)	(1,2)

	MAI-13 (A)	ABR-14 (B)	MAI-14 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)
Auxílio-acidente	298.098	306.921	307.585	0,2	3,2
Auxílio-suplementar	64.012	60.850	60.615	(0,4)	(5,3)
ASSISTENCIAIS	4.064.339	4.216.152	4.226.589	0,2	4,0
Amparos Assistenciais - LOAS	3.846.869	4.021.827	4.033.894	0,3	4,9
Idoso	1.779.656	1.842.902	1.846.994	0,2	3,8
Portador de deficiência	2.067.213	2.178.925	2.186.900	0,4	5,8
Pensões mensais vitalícias	-	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias	217.470	194.325	192.695	(0,8)	(11,4)
Idade	46.589	38.752	38.229	(1,3)	(17,9)
Invalidez	170.881	155.573	154.466	(0,7)	(9,6)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	24.599	23.776	23.720	(0,2)	(3,6)

Entre maio de 2014 e o mês correspondente de 2013, cabe destaque às aposentadorias por tempo de contribuição, que cresceram 3,9% (+191,6 mil aposentadorias), as aposentadorias por idade, aumento de 3,9% (+348,2 mil aposentadorias), as pensões por morte, com elevação de 2,3% (+164,8 mil benefícios) e o auxílio-doença (previdenciário + acidentário), que subiu 4,8% (+73,6 mil benefícios).

Da quantidade média de 31,3 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a maio de 2014, 57,9% (18,1 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 28,7% (9,0 milhões) a beneficiários da área rural e 13,4% (4,2 milhões) aos assistenciais (Gráfico 7). De 2006 a 2014, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 29,9% no meio urbano, de 25,7% no meio rural e de 48,2% nos assistenciais.

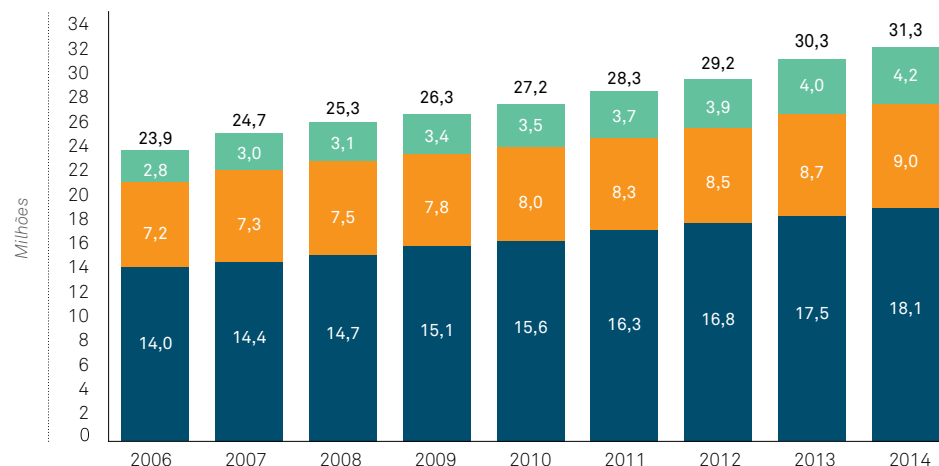


Tabela 3 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (maio/2013, abril/2014 e maio/2014)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SP/PS/MPS

Gráfico 7

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2006 a 2014) - Em milhões de benefícios - Média de janeiro a maio

Legenda

Urbano

Rural

Assistencial

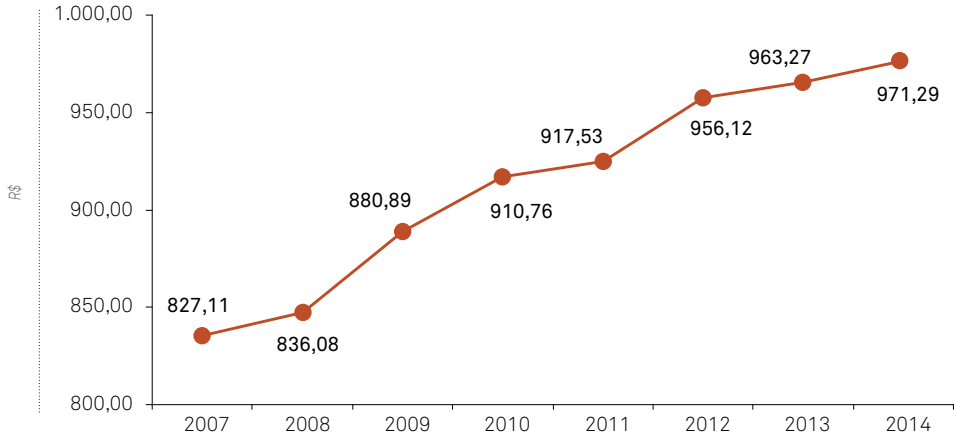
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS. Elaboração: SP/PS/MPS

O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 971,29, média de janeiro a maio de 2014, elevação de 0,8% em relação ao mesmo período de 2013 e de 17,4% em relação à média de janeiro a maio de 2007. (Gráfico 8).

Gráfico 8

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de janeiro a maio de cada ano) – 2007 a 2014 - em R\$ de maio/2014 (INPC)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS



Em maio de 2014, foram concedidos 442,2 mil novos benefícios, crescimento de 1,7% (+7,6 mil benefícios) em relação ao mês anterior e queda de 3,4% (-15,4 mil benefícios), quando comparado com maio de 2013. Entre maio de 2014 e o mês anterior, os Benefícios Previdenciários subiram 2,1% (+8,1 mil benefícios). Já os Benefícios Acidentários e Assistenciais tiveram redução de 0,9% (-232 benefícios) e 1,2% (-333 benefícios), respectivamente, conforme pode ser visto na Tabela 4.

Tabela4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (maio/2013, abril/2014 e maio/2014 e acumulado de janeiro a maio (2013 e 2014)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

	MAI-13 (A)	ABR-14 (B)	MAI-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A MAI		VAR. %
						2013	2014	
TOTAL	457.615	434.681	442.238	1,7	(3,4)	2.134.613	2.103.350	(1,5)
PREVIDENCIÁRIOS	395.074	379.539	387.681	2,1	(1,9)	1.851.292	1.835.908	(0,8)
Aposentadorias	102.904	94.194	97.379	3,4	(5,4)	473.427	459.832	(2,9)
Idade	58.074	52.202	56.349	7,9	(3,0)	265.206	258.651	(2,5)
Invalidez	16.953	15.969	15.586	(2,4)	(8,1)	79.891	77.335	(3,2)
Tempo de contribuição	27.877	26.023	25.444	(2,2)	(8,7)	128.330	123.846	(3,5)
Pensão por morte	35.095	32.787	34.712	5,9	(1,1)	168.963	165.145	(2,3)
Auxílio-doença	196.567	196.071	196.375	0,2	(0,1)	935.633	942.080	0,7
Salário-maternidade	57.533	53.617	56.376	5,1	(2,0)	259.365	255.377	(1,5)
Outros	2.975	2.870	2.839	(1,1)	(4,6)	13.904	13.474	(3,1)
ACIDENTÁRIOS	29.717	26.543	26.311	(0,9)	(11,5)	141.439	129.969	(8,1)
Aposentadorias	1.052	928	827	(10,9)	(21,4)	4.798	4.474	(6,8)

	MAI-13 (A)	ABR-14 (B)	MAI-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A MAI		VAR. %
						2013	2014	
Pensão por morte	36	25	27	8,0	(25,0)	200	159	(20,5)
Auxílio-doença	26.580	23.771	23.912	0,6	(10,0)	128.334	117.036	(8,8)
Auxílio-acidente	2.038	1.801	1.531	(15,0)	(24,9)	8.042	8.233	2,4
Auxílio-suplementar	11	18	14	(22,2)	27,3	65	67	3,1
ASSISTENCIAIS	32.764	28.538	28.205	(1,2)	(13,9)	141.533	137.209	(3,1)
Amparos Assistenciais - LOAS	32.764	28.538	28.205	(1,2)	(13,9)	141.533	137.209	(3,1)
Idoso	15.861	13.203	12.765	(3,3)	(19,5)	68.414	64.389	(5,9)
Portador de deficiência	16.903	15.335	15.440	0,7	(8,7)	73.119	72.820	(0,4)
Pensões mensais vitalícias	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias	-	-	-	-	-	-	-	-
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	60	61	41	(32,8)	(31,7)	349	264	(24,4)

Tabela 4 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (maio/2013, abril/2014 e maio/2014 e acumulado de janeiro a maio (2013 e 2014))

*Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS*

No acumulado de janeiro a maio de 2014, a quantidade de benefícios concedidos foi de 2,1 milhões de benefícios, queda de 1,5% (-31,3 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2013. Todos os grandes grupos apresentaram redução, entre o acumulado de janeiro a maio de 2013 e o período correspondente de 2014: os Benefícios Previdenciários diminuíram 0,8% (-15,4 mil benefícios), os Benefícios Acidentários, 8,1% (-11,5 mil benefícios) e os Benefícios Assistenciais tiveram queda de 3,1% (-4,3 mil benefícios).

Cabe observar que a concessão mensal de benefícios está sujeita a uma série de particularidades como número de dias úteis, disponibilidade de perícia médica, etc., o que pode prejudicar a comparação e análise mensal dos dados. Já anualmente é possível estabelecer uma base de comparação mais estável.



The background of the image is a blurred photograph of a financial newspaper. The left side shows a table of stock prices with various company names and numerical values. The right side features a green vertical overlay containing a line graph and some text. The word 'Anexos' is written in white on the green background.

Anexos

Fluxo de Caixa

2014 (R\$ mil correntes)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.

(4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP

(10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA	JAN
1. SALDO INICIAL	18.341.223
2. RECEBIMENTOS	28.238.117
2.1. ARRECADAÇÃO	28.346.562
- Arrecadação Bancária	23.882.173
- SIMPLES (1)	2.759.241
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	7.211
- Arrecadação /Comprev / Dec. nº 6.900/09	225
- Arrecadação / Lei nº 11.941/09	288.718
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (3)	-
- Arrecadação / DARF Setores Desonerados	1.273.541
- Depósitos Judiciais (4)	113.039
- Outros	33.181
- Restituições de Arrecadação	(10.766)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	(87.551)
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	16.712
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (5)	(10.774.049)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	10.736.442
Arrecadação-SIMPLES/REFIS/PAES/LEI Nº 11.941/FIES	4.361.891
Arrecadação - DARF'S/Compensação Lei nº 12.546	968.360
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)	1.816.705
- Concursos e Prognósticos	8.700
- Contribuição Social Sobre o Lucro	727.074
- COFINS	259.100

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES											
FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM. 2014
4.205.815	4.296.937	4.549.338	6.451.905								18.341.223
38.467.498	40.758.075	42.848.008	39.872.231								190.183.928
27.172.471	26.904.877	27.434.043	28.117.753								137.975.707
23.109.554	22.850.196	23.295.041	23.682.741								116.819.705
2.263.914	2.269.249	2.250.420	2.486.106								12.028.930
7.508	7.420	17.490	6.879								46.508
236	440	2.035	1.169								4.105
299.203	280.422	276.313	286.529								1.431.184
-	-	-	-								-
1.321.999	1.389.002	1.522.528	1.467.341								6.974.411
143.151	74.119	(26.139)	157.978								462.147
26.906	34.030	96.355	29.012								219.483
(34.812)	(16.297)	(30.038)	(31.362)								(123.276)
(64.916)	(104.355)	(170.308)	(186.293)								(613.424)
10.520	12.340	14.556	18.603								72.731
2.667.041	4.506.896	2.716.438	3.420.833								2.537.159
8.682.382	9.438.317	12.853.280	8.501.334								50.211.755
3.919.530	3.980.122	4.163.106	4.275.866								20.700.516
984.480	1.002.580	2.221.770	1.321.730								6.498.920
19.892	352.806	503.113	605.270								3.297.785
67.621	56.008	55.052	59.037								246.418
782.612	562.887	540.128	624.539								3.237.239
83.808	279.402	279.392	237.579								1.139.281

continua ▀

Fluxo de Caixa (continuação)

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.

(4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA	JAN
- COFINS/LOAS	1.320.346
- Outras Receitas Vinculadas	1.186.963
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	87.303
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)	-
- Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-
3. PAGAMENTOS	-
3.1. PAGAMENTOS INSS	37.985.877
3.1.1. BENEFÍCIOS	33.306.631
- Total de Benefícios	32.172.001
- Devolução de Benefícios	32.406.804
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	(209.046)
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	29.125.085
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (6)	27.844.156
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	1.280.929
3.1.1.2.1. EPU T.N.	3.046.916
3.1.1.2.2. LOAS	93.866
3.1.2. PESSOAL (7)	2.953.050
3.1.3. CUSTEIO (8)	811.115
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (9)	323.515
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)	4.679.245
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)	24.529.838
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEf. (4 – 3.1.1)	(4.595.246)
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)	(7.642.163)
8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (10)	(9.747.760)

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES											
FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM. 2014
2.727.609	3.088.862	4.958.176	1.285.338								13.380.332
-	-	-	-								1.186.963
96.818	115.590	132.481	91.862								524.054
-	-	-	-								-
-	-	-	-								-
12	60	61	114								246
-	-	-	-								-
34.392.251	36.479.588	36.723.349	37.392.500								182.973.564
31.651.865	33.681.825	33.960.964	34.651.026								167.252.311
30.699.023	32.729.652	33.041.133	33.697.231								162.339.040
30.832.750	32.993.913	33.136.152	34.007.165								163.376.785
(103.945)	(234.595)	(66.071)	(281.092)								(894.749)
27.898.617	29.558.887	29.870.463	30.483.765								146.936.816
27.882.008	29.213.899	29.372.641	30.027.966								144.340.671
16.609	344.987	497.822	455.798								2.596.146
2.800.407	3.170.766	3.170.670	3.213.466								15.402.224
83.381	83.335	84.491	84.155								429.229
2.717.026	3.087.430	3.086.179	3.129.310								14.972.995
747.975	738.614	750.648	745.682								3.794.034
204.868	213.558	169.183	208.113								1.119.236
2.740.385	2.797.763	2.762.385	2.741.474								15.721.253
25.318.370	25.029.298	26.799.263	26.603.841								16.616.002
2.580.247)	4.529.589)	(3.071.200)	3.879.924)								(151.531.058)
5.380.653)	(7.700.354)	(6.241.870)	(7.093.390)								190.183.928
4.075.247	4.278.487	6.124.659	2.479.731								208.525.151

Fluxo de Caixa

mai/2014
(R\$ mil de mai/2014 - INPC)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00)

(3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.

(4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP

(10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

1. SALDO INICIAL

2. RECEBIMENTOS

2.1. ARRECADAÇÃO

- Arrecadação Bancária
- SIMPLES (1)
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)
- Arrecadação /Comprev / Dec. nº 6.900/09
- Arrecadação / Lei nº 11.941/09
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (3)
- Arrecadação / DARF Setores Desonerados
- Depósitos Judiciais (4)
- Outras
- Restituições de Arrecadação

2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS

2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS

2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (5)

2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Arrecadação-SIMPLES/REFIS/PAES/LEI Nº 11.941/FIES
- Arrecadação - DARF'S/Compensação Lei nº 12.546
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin. / COFINS - TRF)
- Concursos e Prognósticos
- Operações de Crédito Externa
- COFINS
- COFINS/LOAS

VALORES EM MIL R\$ DE MAIO/2014 - INPC							
ABR-13 I	MAR-14 II	ABR-14 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A MAI-13 - IV	ACUM. JAN. A MAI-14 - V	VAR. ACUM. V / IV EM %
14.872.175	4.576.631	6.451.905	41,0	(56,6)	5.721.685	14.217.448	148,5
40.237.438	45.245.434	41.099.792	(9,2)	2,1	195.255.302	198.764.270	1,8
28.486.643	29.738.997	29.345.315	(1,3)	3,0	138.771.460	146.024.599	5,2
24.036.833	23.434.794	23.682.741	1,1	(1,5)	118.631.999	118.473.376	(0,1)
2.300.958	2.263.921	2.486.106	9,8	8,0	11.078.800	12.203.211	10,1
9.289	17.595	6.879	(60,9)	(25,9)	44.762	47.089	5,2
515	2.047	1.169	(42,9)	127,2	2.045	4.135	102,2
348.369	277.970	286.529	3,1	(17,8)	1.750.841	1.451.641	(17,1)
21.345	-	-	-	(100,0)	86.266	-	(100,0)
1.125.667	1.531.662	1.467.341	(4,2)	30,4	3.957.675	7.068.624	78,6
182.511	(26.296)	157.978	(700,8)	(13,4)	2.709.145	6.575.739	142,7
17.940	96.933	29.012	(70,1)	61,7	994.875	469.433	(52,8)
(175.526)	(30.218)	(31.362)	3,8	(82,1)	67.637	222.081	228,3
(112.672)	(171.330)	(186.293)	8,7	65,3	(244.540)	(124.762)	(49,0)
81.605	14.643	18.603	27,0	(77,2)	(265.196)	(619.842)	133,7
2.598.273	2.732.735	3.420.833	25,2	31,7	138.663	73.702	(46,8)
9.183.589	12.930.390	8.501.334	(34,3)	(7,4)	12.330.506	2.365.719	(80,8)
3.802.222	4.188.082	4.275.866	2,1	12,5	44.279.870	50.920.091	15,0
673.174	2.235.099	1.321.730	(40,9)	96,3	16.899.716	20.992.645	24,2
445.073	506.132	605.270	19,6	36,0	2.709.145	6.575.739	142,7
47.239	55.382	59.037	6,6	25,0	28.108	248	(99,1)
-	-	-	-	-	4.968.530	3.358.272	(32,4)
613.170	281.068	237.579	(15,5)	(61,3)	2.966.011	3.286.483	10,8
2.961.114	4.987.922	1.285.338	(74,2)	(56,6)	534.338	531.100	(0,6)

continua ■

Fluxo de Caixa (continuação)

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.

(4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

- Outras Receitas Vinculadas
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros
- Contrib. Social sobre Lucro
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF

3. PAGAMENTOS

3.1. PAGAMENTOS INSS

3.1.1. BENEFÍCIOS

- Total de Benefícios
- Devolução de Benefícios

3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS

3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS

3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (6)

3.1.1.2. NÃO PREVIDENCIÁRIOS

3.1.1.2.1. EPU T.N.

3.1.1.2.2. LOAS

3.1.2. PESSOAL (7)

3.1.3. CUSTEIO (8)

3.2. TRANSF. A TERCEIROS (9)

4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)

5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)

6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)

7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)

8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (10)

VALORES EM MIL R\$ DE MAIO/2014 - INPC							
ABR-13 I	MAR-14 II	ABR-14 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A MAI-13 - IV	ACUM. JAN. A MAI-14 - V	VAR. ACUM. V / IV EM %
-	-	-	-	-	-	1.221.031	-
69.154	133.276	91.862	(31,1)	32,8	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
572.364	543.368	624.539	14,9	9,1	-	-	-
79	61	114	87,5	44,3	1.475.086	1.154.119	(21,8)
35.744.641	36.943.662	37.392.500	1,2	4,6	184.681.715	185.551.316	0,5
33.119.196	34.164.704	34.651.026	1,4	4,6	169.720.302	169.579.727	(0,1)
32.091.818	33.239.355	33.697.231	1,4	5,0	164.851.308	164.594.075	(0,2)
32.293.642	33.334.944	34.007.165	2,0	5,3	166.054.278	165.645.751	(0,2)
(172.700)	(66.467)	(281.092)	322,9	62,8	(1.056.815)	(906.696)	(14,2)
29.045.322	30.049.664	30.483.765	1,4	5,0	149.376.140	148.979.422	(0,3)
28.467.106	29.548.855	30.027.966	1,6	5,5	144.250.360	146.338.380	1,4
578.215	500.809	455.798	(9,0)	(21,2)	5.125.780	2.641.042	(48,5)
3.046.497	3.189.691	3.213.466	0,7	5,5	15.475.168	15.614.653	0,9
85.105	84.998	84.155	(1,0)	(1,1)	436.770	435.431	(0,3)
2.961.392	3.104.694	3.129.310	0,8	5,7	15.038.398	15.179.222	0,9
924.958	755.151	745.682	(1,3)	(19,4)	3.828.527	3.848.619	0,5
102.420	170.198	208.113	22,3	103,2	1.040.467	1.137.033	9,3
2.625.445	2.778.958	2.741.474	(1,3)	4,4	14.961.413	15.971.589	6,8
25.861.198	26.960.039	26.603.841	(1,3)	2,9	123.810.047	130.053.010	5,0
(3.184.124)	(3.089.625)	(3.879.924)	25,6	21,9	(25.566.093)	(18.926.412)	(26,0)
(6.230.620)	(6.279.316)	(7.093.390)	13,0	13,8	(41.041.261)	(34.541.065)	(15,8)
4.492.797	8.301.772	3.707.293	(55,3)	(17,5)	10.573.587	13.212.954	25,0
19.364.973	12.878.403	10.159.198	(21,1)	(47,5)	19.364.973	12.878.403	(33,5)

Tabela 3

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios

(R\$ milhões de mai/2014 - INPC)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: SPSPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do Simples. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
				(D)		

VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE MAIO, A PREÇOS DE MAI/2014 INPC

2004	64.656	5.158	59.498	77.941	131,0	(18.443)
2005	70.256	4.767	65.489	86.480	132,1	(20.992)
2006	77.310	6.301	71.008	95.670	134,7	(24.662)
2007	86.431	8.116	78.315	104.570	133,5	(26.255)
2008	96.496	10.119	86.377	108.228	125,3	(21.851)
2009	102.084	10.693	91.391	115.516	126,4	(24.125)
2010	111.575	11.553	100.022	125.445	125,4	(25.423)
2011	121.943	12.947	108.996	130.216	119,5	(21.220)
2012	133.527	14.178	119.349	139.743	117,1	(20.394)
2013	138.771	14.961	123.810	149.376	120,6	(25.566)
2014	146.025	15.972	130.053	148.979	114,6	(18.926)
mai/12	27.252	2.496	24.756	27.675	111,8	(2.919)
jun/12	27.037	2.559	24.478	27.598	112,7	(3.120)
jul/12	27.632	2.524	25.108	28.016	111,6	(2.908)
ago/12	27.855	2.579	25.277	30.813	121,9	(5.537)
set/12	26.676	2.588	24.089	36.485	151,5	(12.396)
out/12	27.312	2.541	24.772	27.891	112,6	(3.120)
nov/12	27.344	2.599	24.745	30.669	123,9	(5.924)
dez/12	44.827	2.606	42.221	35.038	83,0	7.183
jan/13	27.631	4.447	23.184	29.871	128,8	(6.687)
fev/13	26.306	2.699	23.607	27.336	115,8	(3.728)
mar/13	26.854	2.593	24.261	29.647	122,2	(5.386)
abr/13	29.493	2.597	26.897	33.477	124,5	(6.580)
mai/13	28.487	2.625	25.861	29.045	112,3	(3.184)

continua ▀

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F=(C - D)
				(D)		
jun/13	28.184	2.710	25.473	28.837	113,2	(3.363)
jul/13	28.815	2.686	26.129	29.399	112,5	(3.270)
ago/13	29.062	2.750	26.312	32.375	123,0	(6.063)
set/13	29.127	2.734	26.393	38.799	147,0	(12.406)
out/13	29.440	2.769	26.671	29.515	110,7	(2.843)
nov/13	29.542	2.773	26.769	31.965	119,4	(5.196)
dez/13	45.932	2.720	43.212	37.567	86,9	5.645
jan/14	30.047	4.814	25.234	29.961	118,7	(4.727)
fev/14	28.681	2.801	25.879	28.517	110,2	(2.637)
mar/14	28.212	2.836	25.376	29.968	118,1	(4.592)
abr/14	29.739	2.779	26.960	30.050	111,5	(3.090)
mai/14	29.345	2.741	26.604	30.484	114,6	(3.880)

conclusão ■

Tabela 3 (continuação)

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de mai/2014 - INPC)

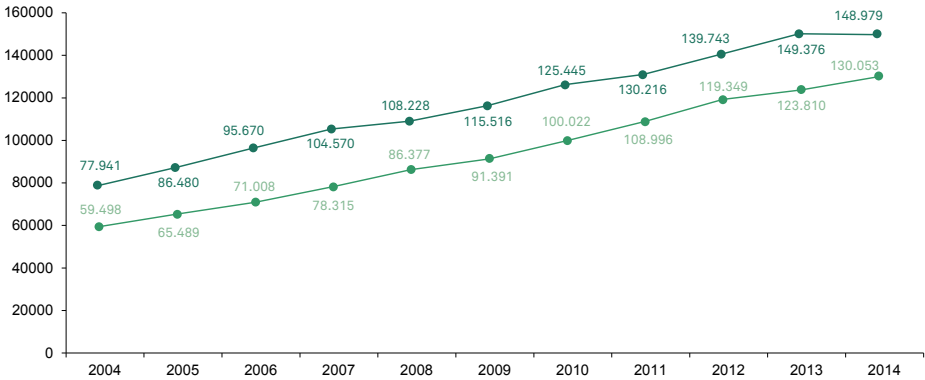


Gráfico 1

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios (acumulado até o mês de maio de cada ano, em R\$ milhões de mai/2014 - INPC)

Legenda

- Arrecadação Líquida
- Benefícios Previdenciários

*Secretaria de Políticas
de Previdência Social*



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL